ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciada a vereadora IREUDA SILVA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 420/18 do Gabinete do Prefeito encaminhando o autógrafo da Indicação n. 7.028/18; Projetos de Lei n.s 96 e 97/19 do vereador Duda Sanches; Projetos de Indicação n.s 188/19 do vereador Luiz Carlos de Souza, 189/19 do vereador Atanázio Júlio, 190 a 192/19 do vereador Ricardo Almeida e 193/19 do vereador Duda Sanches; Projeto de Resolução n. 56/19 de

diversos vereadores; Requerimento n. 118/19 da vereadora Cátia Rodrigues; e Requerimentos de licenças de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Edvaldo Brito solicitou a retirada do Projeto de Indicação n. 120/15. Nos **Registros**, o vereador Moisés Rocha criticou o Governo Federal, enumerando atitudes e falas dos seus representantes e destacando a recente afirmação da ministra da Agricultura de que não havia brasileiros passando fome porque havia muitas mangas nas cidades. Considerou medíocre e vergonhoso o nível dos gestores federais. Disse que estava sendo postergado o trabalho sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial e rejeitou a manifestação, de um evangélico, contrária à nova estátua de Mãe Stella de Oxóssi, atitude que atribuiu ao racismo e à intolerância religiosa. Assumiu a Presidência o vereador Kiki Bispo. O vereador Orlando Palhinha lembrou a proximidade do Dia Municipal dos Portadores de Microcefalia, 14 de abril, o qual fora criado por Projeto seu. Parabenizou o prefeito e seus gestores pelo trabalho com as crianças vítimas do problema, dando o exemplo de centro de atendimento em Alto de Coutos. Comentou sobre os cuidados relativos à Microcefalia. A vereadora Marta Rodrigues pediu que a Prefeitura desse atenção ao pleito dos agentes de saúde e que a CMS formasse mesa de negociação a respeito. Associou-se ao vereador Moisés Rocha quanto à hostilidade contra a imagem de Mãe Stella de Oxóssi, declarando angústia com o fato. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Daniel Rios (8 e 9 de abril), Ireuda Silva (8 a 10 de abril) e Sabá (9 de abril). O vereador Luiz Carlos Suíca lembrou ter sido relator do Projeto que favorecia os agentes de saúde e de endemias, aos quais declarou apoio. Mencionando a hostilidade contra a estátua de Mãe Stella de Oxóssi, lembrou o recente assassinato, cometido por soldados do Exército no Rio de Janeiro, de um homem negro que estava em seu carro com sua família. Considerou que o Presidente da República fomentava ódio na sociedade e repudiou a declaração da ministra da Agricultura sobre a fome, relatando vivências suas. A vereadora Aladilce Souza disse que o líder do Governo, vereador Paulo Magalhães Júnior,

havia se comprometido a atuar, junto à Prefeitura, sobre o pleito dos agentes de saúde e de endemias. Saudou comissão dos usuários dos postos de saúde de Amaralina e do Vale das Pedrinhas, pedindo que o secretário Municipal da Saúde recebesse essa comissão para tratar dos problemas nesses locais. Sobre o Projeto de Reforma Administrativa, apontou inconstitucionalidades, criticando a criação de cargos em comissão. Assumiu a Presidência o vereador Orlando Palhinha. A vereadora Ana Rita Tavares endossou a fala da vereadora Aladilce Souza sobre a Reforma Administrativa. Disse que seriam criados 150 cargos com atribuições e remunerações desconhecidas. Explicou ser especialista em Direito Administrativo e apontou exigências jurídicas que eram desatendidas. Indagou sobre o que seria feito quanto aos animais nas ruas de Salvador e sobre as guias de castração que estavam em falta, e reputou indecente o Projeto. O vereador Sílvio Humberto se associou ao vereador Moisés Rocha e mencionou os 100 dias da gestão do Presidente da República, afirmando haver um vetor de desconstrução. Criticou a política externa desse Governo e a Reforma da Previdência que era intentada. Defendeu o videomonitoramento dos monumentos ligados à matriz africana para se prevenirem agressões e defendeu a igualdade racial, mencionando o Estatuto em tramitação na Casa. O vereador Teo Senna mencionou artigo de Waldeck Ornelas sobre a ponte Salvador-Itaparica e comentou sobre o assunto, mencionando uma dívida que o Governo do Estado deixaria para seu sucessor. Criticou a ideia de redução do vão da ponte para se reduzirem custos, afirmando que isso bloquearia grandes navios e plataformas. Mencionou os impactos urbanos da construção. Reassumiu a Presidência da Sessão o senhor presidente Geraldo Júnior. O vereador Luiz Carlos de Souza considerou o valor do pedágio na ponte Salvador-Itaparica longe da realidade econômica e social da região. Esclareceu sobre um estelionatário que usava a página de internet OLX, de venda de produtos, passando-se por ele. Explicou que já usou variados recursos, como entrevistas, boletins de ocorrência e divulgação em redes sociais, para impedir esse golpe, no qual o golpista fazia papel de intermediador, passando-se por seu

assessor ou seu irmão. Registrou seu apoio ao Projeto da Reforma Administrativa, inclusive para que a administração dos Conselhos Tutelares passasse da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS) para a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), mais voltada à atividade dos Conselhos. O vereador Pedro Godinho comentou sobre o antigo discurso acerca da ponte Salvador-Itaparica, lembrando a ideia de um amigo sobre ela ser construída em local perto de Santo Amaro. Criticou o custo elevado do atual projeto sem que houvesse garantias técnicas e econômicas. Comentou sobre os *call centers* que telefonavam para as pessoas em horários inconvenientes, explicando não ser contra essa atividade, mas, contra esse modo de operar. O vereador Henrique Carballal defendeu a votação do Estatuto da Igualdade Racial em sua integralidade. Repudiou o discurso racista em nome de Jesus Cristo, apontando contradição com os princípios religiosos em nome dos quais agiam os ofensores racistas. Disse que a Casa tinha a obrigação de votar o Estatuto da Igualdade Racial e destacou o trabalho do vereador Moisés Rocha e da Comissão de Reparação que ele presidia. Sublinhou que o ecumenismo era importante, porém estava em pauta algo necessário à reparação ao povo negro. Disse que a Prefeitura tinha compromisso com a questão negra. Pela ordem, o vereador Sabá solicitou a retirada do Projeto de Lei n. 256/11. O vereador Odiosvaldo Vigas mencionou artigo sobre a Reforma da Previdência da autoria do relator da Reforma anterior, deputado federal Artur Maia, no qual ele dizia que o custo da Previdência aumentaria. Disse que haveria "cheque em branco" e comentou sobre os impactos da Reforma nos estados. Em seguida, foi discutido, votado e aprovado Requerimento de Urgência Urgentíssima para o Projeto de Lei n. 64/19. Pela ordem, o vereador José Trindade pediu esclarecimento sobre os trabalhos, declarando-se surpreso com uma Ordem do Dia "por acordo". Disse que desconhecia tal acordo, o qual afirmou que teria de ser feito no Colégio de Líderes. Questionou a presença, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 64/19, que promovia reformas na Administração Pública, observando que ele ainda não tinha

sido aprovado nas Comissões quando a Ordem do Dia foi publicada, às 9h deste dia. Lembrou a exigência regimental de 24 horas de antecedência para que o Projeto fosse votado. Pediu, em razão do exposto, a retirada do Projeto de Lei n. 64/19 da Ordem do Dia. O senhor presidente esclareceu que a publicação da Ordem do Dia se dera no dia anterior, por acordo baseado em consulta ao Plenário, também no dia anterior. Disse esperar o respeito a esse acordo, assim como respeitava a todos. Indeferiu o pedido de retirada feito pelo vereador José Trindade, o qual, em réplica, elogiou a gestão do senhor presidente e reiterou questionamento sobre as informações dadas. O senhor presidente observou que fora aprovada Urgência Urgentíssima sobre o Projeto. O vereador José Trindade disse que discordava da forma como era posto em votação o Projeto, lembrando momentos em que houve "atropelos" na Casa. O senhor presidente respondeu que adotaria, futuramente, uma cautela ainda maior para que não houvesse o que havia no momento e reiterou o compromisso sobre a votação do Projeto. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza elogiou o senhor presidente por valorizar a Casa e seus instrumentos, e apresentou discordância sobre a votação do Projeto, lembrando que, na Sessão anterior, ela dissera não haver acordo e pedira tempo para a Oposição se reunir sobre o Projeto. Pediu o adiamento da votação para a segunda-feira. O senhor presidente indeferiu o pedido, em razão do que havia esclarecido. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito lembrou que o senhor presidente havia dito que votaria o Projeto da Reforma Administrativa neste dia e observou que é papel do presidente a determinação da Ordem do Dia, cabendo ao Colégio de Líderes um papel consultivo. Mencionou o jurisfilósofo Hans Kelsen, destacando que ele defendia minorias, e pediu que a minoria da Casa recebesse atenção. O senhor presidente agradeceu ao vereador Edvaldo Brito. Pela ordem, o vereador Sidninho concordou que o senhor presidente mencionara, no dia anterior, a possibilidade de votação do Projeto neste dia e explicou as razões por que não pôde apreciá-lo, nisso incluindo o fato de o corpo físico do Projeto se encontrar em sua residência, em razão de pedido de vista. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia solicitou

a prorrogação da Sessão por três horas. O senhor presidente deferiu. Iniciada a **Ordem do Dia**, o vereador Alexandre Aleluia subiu à Tribuna para emitir Parecer conjunto sobre as Emendas ao Projeto de Lei n. 64/19 (da Reforma Administrativa), pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Finanças e Orçamento, e de Transporte, Trânsito e Serviços Municipais. O Parecer foi favorável às Emendas. Colhidos os votos nas Comissões, o resultado foi o seguinte: na CCJ, aprovado, contra os votos dos vereadores Edvaldo Brito e Luiz Carlos Suíca, e com abstenção da vereadora Aladilce Souza, que pediu vista do Parecer, a qual foi negada por intempestividade; na Comissão de Finanças, aprovado, contra os votos dos vereadores Cezar Leite, Marta Rodrigues e Sidninho; na Comissão de Transporte, Trânsito e Serviços Municipais, aprovado, contra os votos dos vereadores Hélio Ferreira e Toinho Carolino. Submetido ao Plenário, o Parecer foi aprovado. Iniciando-se a discussão do Projeto de Lei n. 64/19, o vereador Edvaldo Brito expôs que era do chefe do Executivo a competência para um Projeto desta natureza, ressalvando que isso não excluía o papel do Legislativo em aprimorá-lo, e dizendo que a Casa deveria ter tido tempo para apreciá-lo. Afirmou que, no País, as maiorias esmagavam as minorias e considerou que a democracia não pode se afirmar pela prevalência aritmética e circunstancial de um grupo. Disse que o Presidente da República deveria respeitar os que não votaram nele, que somavam um contingente de 100 milhões. Declarou ter se sentido animado com o voto contrário do vereador Cezar Leite e expressou se sentir prejudicado por ser da minoria. Disse que havia 222 cargos em comissão a serem criados no Projeto, que qualificou como escandaloso. A vereadora Marta Rodrigues manifestou sua indignação com o Projeto. Declarou-se regimentalista, observando que teria ainda mais um dia de prazo para o seu Voto em Separado, e contou ter indagado ao secretário responsável sobre os cargos previstos, tendo ele prometido enviar um estudo, o que não aconteceu, fator que impedia a conclusão de sua apreciação. Apontou desatendimento à exigência de previsão das despesas relativas aos cargos e dos impactos financeiros por eles gerados. O vereador

Carlos Muniz declarou-se contrário ao Projeto mas ressalvou seu respeito ao acordo para que a votação acontecesse neste dia. Historiou as conversações promovidas pelo senhor presidente nesse sentido e afirmou não estar em desconformidade com a votação posta nesta Sessão. O senhor presidente externou seu respeito pelo vereador Carlos Muniz e, também, pela vereadora Aladilce Souza. Saudou os agentes comunitários e de saúde, e o líder Sullivan, presentes à Galeria. O vereador Sílvio Humberto também mencionou o fim do prazo, que era de 72 horas, no dia seguinte e disse não ver problema em votar o Projeto na próxima segunda-feira. Observou que, em razão do prazo ainda em curso, o Projeto original não estava fisicamente presente, pois havia sido retirado pelo vereador Sidninho, em regular pedido de vista. Também mencionou a falta de impacto financeiro e defendeu princípios republicanos como a transparência. Defendeu a votação artigo por artigo. O senhor presidente afirmou que a votação seria feita artigo por artigo. A vereadora Aladilce Souza reiterou pedido para mesa de negociação para atender os moradores do Vale das Pedrinhas e Amaralina, relatando não ter obtido resposta do secretário Municipal da Saúde, Luiz Galvão. Pediu que o Projeto não fosse votado nesta Sessão, observando que a Oposição não criava obstruções desnecessárias e apontando problemas sérios no Projeto. Disse reconhecer o papel do senhor presidente como responsável pelo que é votado, mas pediu que isso fosse feito com razoabilidade, dando o exemplo da criação de cargos da maneira como se fazia, o que ela atribuiu a motivações eleitorais, registrando que o vereador Cezar Leite, governista, votava contra isso. Deu ainda o exemplo de uma isenção já criada para dizer que o prefeito sabia que a CMS atendia ao que ele queria. O senhor presidente elogiou a oradora e disse crer que ela refletiria e reconsideraria algumas posições declaradas neste dia. O vereador Luiz Carlos Suíca afirmou que o Projeto se mostrara defeituoso em sua apreciação na CCJ. Sobre as considerações do vereador Edvaldo Brito acerca do papel consultivo do Colégio de Líderes, indagou sobre a efetividade dessa instância colegiada. Elogiou o senhor presidente. Rebateu o discurso do prefeito

sobre não precisar da CMS, salientando que era a Casa que trabalhava, como fazia no momento, para debater as questões da Cidade. Lamentou que a minoria dos edis não fosse atendida e elogiou essa minoria por seu poder de resistência. O senhor presidente salientou seu respeito à minoria na Casa. O vereador Toinho Carolino expôs problemas no atendimento na Saúde relativos a contratos com as Santas Casas, afirmando que a falta de dinheiro prejudicava o atendimento em várias partes da Cidade. Criticou que, diante dessa situação, o Executivo enviasse um Projeto para a criação de muitos cargos em comissão, geradores de alta despesa. Mencionou melhorias nos transportes que foram prometidas e não se realizaram. Em aparte, a vereadora Marta Rodrigues elogiou o discurso e lembrou secretarias como as da Mulher e a da Reparação, com dotações muito baixas. Sugeriu que a Oposição fizesse obstrução permanente a partir de então, bem como o chamamento da população para discutir os assuntos trazidos à Casa. O orador prosseguiu mencionando as exigências legais para a criação de cargos e pedindo que o prefeito dialogasse com a CMS e a respeitasse. A vereadora Ana Rita Tavares endossou as palavras dos edis de Oposição, considerando um equívoco a votação do Projeto neste dia. Disse que o prefeito desrespeitava os animais com a criação, no Projeto, de diretoria cuja constituição e funções eram obscuras. Também lembrou os critérios legais para a criação de cargos, apontando o seu descumprimento. O senhor presidente destacou seu compromisso com o interesse público e historiou situação em que atuou em defesa de posição da vereadora Ana Rita Tavares. O vereador Marcos Mendes fez projeções financeiras sobre os cargos criados no Projeto. Detalhou critérios de composição para organizações da sociedade civil. Expôs problemas que viu em visita a unidades de ensino infantil, criticando o projeto *Pé na Escola*, e disse que a coisa pública era usada para interesses privados. Relacionou essas questões ao que se pretendia com o Projeto e aos gastos que ele traria. O vereador Sidninho pediu retratação do prefeito por conceder isenção do ISS sem consultar a CMS. Sobre o Projeto em discussão, reiterou críticas já apresentadas, afirmando que o Legislativo votava pelo bem da

Cidade. Disse que, doravante, se debruçaria ainda mais sobre a constitucionalidade dos projetos do Executivo. Informou que a Oposição se reuniria, na manhã seguinte, sobre o Projeto em discussão. Encerrada a discussão, encaminharam votos os vereadores: Aladilce Souza (contra, excepcionando artigos relativos a conselhos); Sílvio Humberto (contra, excepcionando artigos relativos a conselhos); Marta Rodrigues (contra, excepcionando artigos relativos a conselhos); Edvaldo Brito (contra, destacando a importância dos conselhos, porém mantendo contrariedade a uma parte dos artigos a eles referentes, os quais apenas criavam cargos em conselhos já existentes); Toinho Carolino (contra, excepcionando artigos relativos a conselhos); Cezar Leite (liberando a bancada e secundando o vereador Edvaldo Brito); Marcos Mendes (contra, excepcionando artigos relativos a conselhos); Ana Rita Tavares (contra, excepcionando artigos relativos a conselhos). Em seguida, passou-se à votação do Projeto. Após discutido e votado, artigo por artigo, o Projeto de Lei n. 64/19 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final, havendo a votação se dado da seguinte maneira: os Arts. 1º a 8º, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Cezar Leite, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; o Art. 9º, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Cezar Leite, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; o Art. 10, contra os votos dos vereadores Cátia Rodrigues, Cezar Leite e Lorena Brandão; os Arts. 11 e 12, contra os votos dos vereadores Cátia Rodrigues, Cezar Leite, Edvaldo Brito e Lorena Brandão; os Arts. 13 e 14, contra os votos dos vereadores Cátia Rodrigues, Cezar Leite e Lorena Brandão; os Arts. 15 e 16, contra os votos dos vereadores Cátia Rodrigues, Cezar Leite, Edvaldo Brito e Lorena Brandão; os Arts. 17 a 26, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Cezar Leite, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Dando-se seguimento à Ordem do Dia, foram ainda

discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Resolução n.s 47/19, 51/19, 52/19, 53/19, 54/19, 55/19 e 56/19 (após Requerimento de Urgência Urgentíssima aprovado). Foram também discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 40/19 (com abstenções dos vereadores Aladilce Souza, Hélio Ferreira, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sílvio Humberto e Toinho Carolino) e 43/19; e Requerimentos n.s 112/19, 113/19, 114/19, 115/19, 116/19 e 117/19. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito disse que a TV Câmara havia deixado de registrar sua fala a partir de dado momento e requereu a filmagem da Sessão. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza convidou para a Sessão Especial sobre a Reforma da Previdência no dia seguinte, às 18h. O senhor presidente informou um compromisso institucional importante que o impediria de comparecer a essa Sessão Especial. Em comunicação inadiável, a vereadora Ana Rita Tavares anunciou medida contra o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por permitir exploração de recursos ambientalmente danosa em Abrolhos. Em comunicação inadiável, o vereador Henrique Carballal convidou para o lançamento do livro sobre o título nacional conquistado pelo Esporte Clube Bahia em 1959. Em comunicação inadiável, a vereadora Marcelle Moraes agradeceu ao senhor presidente pelo andamento dos trabalhos, sendo secundada pelo vereador Paulo Magalhães Júnior, também em comunicação inadiável. O senhor presidente agradeceu a todos os pares e assinalou o compromisso com eles firmado. Citou o *slogan* da CMS, "o futuro da Cidade passa por aqui", e declarou que cuidar de gente é uma vocação. Nada mais havendo, declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO